

BENEFÍCIOS

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Apeminas é a nova Instituidora da JUSPREV Previdência

A Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas) é a nova Instituidora da JUSPREV – a Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. A entidade foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) para compor o Colégio de Instituidoras.

Com a aprovação, todos os(as) associados(as), cônjuges e dependentes econômicos já podem agendar uma consultoria personalizada para aderir ao plano de benefícios previdenciários, o PLANJUS. A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, também integrará o Colégio de Instituidoras, que é o órgão representativo das 88 associações que já fazem parte da JUSPREV.

A JUSPREV é a maior união formal de Associações de Carreiras Públicas do país e proporciona uma aposentadoria tranquila e segura para os seus participantes. A entidade foi fundada em 06 de dezembro de 2007 e nasceu da força e união de associações como a Apeminas, com o objetivo de proteger e cuidar do futuro de seus associados(as) e familiares. Neste ano, a entidade completará 15 anos.

Atualmente, administra um patrimônio de mais de R\$ 380 milhões em ativos previdenciários e possui uma gestão feita pelos participantes, para os participantes, com transparência, segurança e sem ingerência política. Tem abrangência nacional e uma equipe própria de consultores previdenciários em todo o país.

O plano de benefícios previdenciários da JUSPREV, o PLANJUS, oferece quatro modalidades de renda. A Renda Mensal Programada é a destinada para garantir uma renda no futuro, quando chegar a aposentadoria. A adesão pode ser feita com contribuições mensais a partir de R\$116,73. Este é o valor mínimo, mas o participante poderá optar pelo melhor valor que atender ao futuro financeiro desejado.

Com a Renda Mensal Programada, o participante pode aderir a outras importantes modalidades, que são a Renda Mensal por Morte e a Renda Mensal por Invalidez. Ambas são coberturas de proteção para o participante e sua família. Diferentes de seguros que são ofertados por outras instituições, as coberturas da JUSPREV têm como objetivo garantir uma renda mensal para os beneficiários escolhidos pelo participante, protegendo o futuro financeiro.

A Renda Mensal Educacional é outra modalidade do PLANJUS. Foi pensada para oferecer uma renda ao beneficiário escolhido pelo participante, no momento em que for cursar o Ensino Superior. O objetivo é auxiliar no custeio do curso ou outras despesas que envolvem este momento. E quanto mais cedo iniciar este investimento, mais tempo de rentabilidade acumulada. O tempo trabalha a favor dos participantes.

Para procuradores(as) aposentados (as), indicamos também uma consultoria personalizada para análise individual, caso a caso, e informações sobre dedução de Imposto de Renda. E, ainda, é possível a indicação de cônjuges e dependentes econômicos para adesão ao plano de previdência da JUSPREV, estendendo a rede de proteção para toda a família.

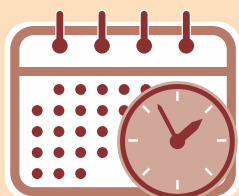


Foto: Comunicação JUSPREV

Benefício tributário – Uma das vantagens de quem tem JUSPREV é poder realizar a dedução de Imposto de Renda, de até 12% da base de cálculo para o IR. Essa dedução é anual e todas as contribuições realizadas pelo participante contam. Se o montante total aplicado na JUSPREV durante o ano ainda não tiver atingido o percentual passível de dedução do IR, o participante pode fazer aportes de valores em sua conta individual.

Fazendo o aporte no ano fiscal vigente e registrando-o na próxima declaração de IR, o participante poderá obter ou até mesmo aumentar sua restituição. Ou seja, usufrui do benefício e ainda reforça o saldo de previdência.

A JUSPREV é uma entidade sem fins lucrativos e, por isso, a rentabilidade líquida é repassada integralmente para os participantes. A única taxa é a de administração anual, de 0,7%.



AGENDE SUA CONSULTORIA

A Apeminas deu um grande passo rumo à proteção do futuro de seus associados e familiares. Por isso, convida todos a agendarem uma consultoria personalizada para entender mais sobre as vantagens da JUSPREV e como cuidar do futuro financeiro. É neste momento que a equipe auxilia os participantes no planejamento da aposentadoria e a proteção completa, com as coberturas de risco.

Entre em contato pelo e-mail consultoria@jusprev.org.br. Para saber mais, acompanhe a JUSPREV nas mídias sociais ([@jusprevprevidencia](https://www.instagram.com/jusprevprevidencia)) ou acesse o site www.jusprev.org.br.

Apeminas prestigia nova Diretoria da AMMP

Na semana passada, no dia 3 de fevereiro, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, participou de cerimônia de posse, na Associação Mineira do Ministério Público, dos novos integrantes da Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo do Interior da entidade, para o biênio 2022-2024. A promotora de Justiça Larissa Rodrigues Amaral é a primeira mulher a comandar a associação, em 68 anos.

Também prestigiaram a solenidade o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; o ex-presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes; o presidente da Conamp, Manoel Murrieta; o secretário de governo do Estado de Minas Gerais, Igor Eto; o secretário-geral do Estado de Minas Gerais, Matheus Simões de Almeida; o desembargador do TJMG, Júlio César Gutierrez; o presidente do TRE-MG, Marcos Lincoln dos Santos; o corregedor Nacional do CNMP, Marcelo Weitzel de Souza; a procuradora-geral de Justiça do MPDFT, Fabiana Costa Oliveira Barreto; e o presidente da Amagis, Luiz Carlos Resende e Santos.

Na oportunidade, Jarbas Soares Júnior analisou a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão, uma vez que a Diretoria eleita é composta pelo maior número de mulheres na história da AMMP. “[...] Precisamos de espaços de decisão plurais e que admitam a concepção de caminhos novos em busca do bem comum”, enfatizou.

Célia Cunha Mello compartilha desse entendimento. “Foi uma honra presenciar esse momento histórico em que, pela primeira vez, em 68 anos de existência, uma mulher assume a presidência da AMMP. Desejo à nossa querida colega, Larissa Rodrigues Amaral, em nome de todos



Enéias Xavier Gomes, ex-presidente da AMMP; Larissa Rodrigues Amaral, presidente da AMMP; Célia Cunha Mello, presidente da Apeminas; e Fernando Martelleto, presidente da ADEP-MG

os procuradores do Estado, muito sucesso nessa trajetória à frente de uma instituição com a qual ela já vinha contribuindo, enormemente, em sua atuação como vice-presidente,” assinalou.

■ PARIDADE

Nova gestão da OAB/MG reúne 80 conselheiras

5 IGUALDADE DE GÊNERO

A igualdade de gênero é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, incluído pela ONU na Agenda 2030.

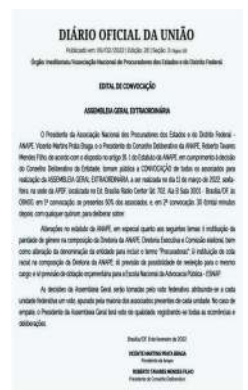
Com a paridade de gênero na Ordem dos Advogados do Brasil, instituída já nas eleições de novembro do ano passado, o Conselho da Seccional mineira contará, ao longo do triênio 2022/2024, com 80 mulheres, o correspondente a 50% de seus membros. Entre elas, estão as procuradoras do Estado Daniela Victor de Souza Melo e Vanessa Almeida Cruz, que trabalharão junto com o presidente Sérgio Rodrigues Leonardo.

Da mesma forma, o Conselho Federal da OAB terá, pela primeira vez, composição paritária, com 81 conselheiras, entre titulares e suplentes. Agora, o Colégio de Presidentes, sob o comando de Beto Simonetti, eleito em 31 de janeiro, contará com cinco mulheres em sua composição. Até então, o recorde de participação feminina era de apenas 16 conselheiras.

A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, parabeniza a OAB Federal e a Seccional mineira por essa composição mais heterogênea. “Que este cenário se estenda para todas as áreas e carreiras”, sinaliza, ressaltando que o momento “significa a necessária diversidade de representação e uma verdadeira ampliação do olhar institucional em face de toda a classe”.

■ ANAPE

Assembleia Geral Extraordinária



A Anape convoca seus associados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 11 de março, para debater, entre outros temas, a instituição da paridade de gênero na composição da Diretoria da Associação, Diretoria Executiva e Comissão Eleitoral, bem como alteração da denominação da entidade para incluir o termo “Procuradoras”.

A proposta foi apresentada pela presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, sob a forma de requerimento, em 23 de novembro de 2021, durante o XLVII Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, realizado pela Anape, em Brasília. A recomendação foi de instituição da paridade de gênero na Associação nacional, já nas próximas eleições. A proposição foi apoiada pelo presidente Vicente Braga e pelo 1º vice-presidente, Ivan Luduvic Cunha, membro do Conselho Consultivo da Apeminas.



PUBLICAÇÕES - O Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg), em parceria com a Editora Fórum, pretende publicar, em 2022, duas obras dedicadas aos seguintes assuntos: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021); Alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 14.230, de 25 de abril 2021).

Com esse objetivo, o colegiado convida os procuradores para fazerem parte desse projeto, produzindo e encaminhando artigos sobre os dois temas elencados. As obras serão compostas exclusivamente por artigos jurídicos, somente de membros da Advocacia Pública.

A data limite para os encaminhamentos é no final de fevereiro de 2022. Confira o regulamento e mais informações no [site da Anape](#).

Newsletter
APE NEWS

Facebook > facebook.com/apeminas Twitter > twitter.com/apeminas
Instagram > instagram.com/apeminas LinkedIn > linkedin.com/company/apeminas

Rua Espírito Santo, 466/sala 1506 – Centro – CEP: 30160-916 – BH / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP
> Redação: Andrea Rocha
> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi